



Processos organizativos e apoio à saúde mental de mulheres quilombolas da comunidade do Grilo/PB

Julie Isabela Ramos Lobato¹, Ada Silva Achetta Manoel², Vanessa Santos Souto³, Aiza Vanessa de Arruda Barbosa⁴, Aluska Gomes de Macêdo⁵, Giovanni Sampaio Queiroz⁶, Maria Valquíria Nogueira do Nascimento⁷
maria.valquiria@professor.ufcg.edu.br

Resumo

O presente projeto de extensão objetivou o fortalecimento dos vínculos sociais e afetivos, bem como a promoção da saúde mental das mulheres quilombolas da comunidade do Grilo/PB, baseado em um trabalho efetivamente horizontal por meio de práticas participativas e dialógicas. A iniciativa, utilizou metodologias da Educação Popular para potencializar a reflexão crítica e a autonomia das participantes, resultando no fortalecimento da identidade coletiva e das redes de apoio comunitário, com destaque para a importância da extensão universitária na promoção de transformações sociais em contextos e populações historicamente invisibilizadas pelo Estado brasileiro, que tem sua gênese marcada pelo racismo, colonialismo, patriarcado, as disputas por terras e outras formas de opressão produtoras e mantenedoras de complexas desigualdades sociais que, consequentemente, marcam os modos de vida, subjetivação e produção de saúde mental dessas populações.

Palavras-chaves: Saúde mental, mulheres quilombolas, educação popular, interseccionalidade.

1. Introdução

Este estudo teve como objetivo ampliar as redes de apoio social e o fortalecimento dos vínculos sociais e afetivos entre mulheres quilombolas, com vistas à promoção da saúde mental comunitária. O presente trabalho de extensão surgiu a partir de um convite e provocação feita por um agente colaborador externo da comunidade quilombola do Grilo/PB ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Comunitária e da Saúde (NUCS), responsável por este projeto, para que fosse realizada uma visita à comunidade, situada no município de Riachão do Bacamarte/PB, há 30,2 km do município de Campina Grande/PB, visando uma possível ação com as mulheres que já encontravam-se organizadas por meio da Casa da Mulher Quilombola, espaço físico reivindicado pelas mulheres da comunidade como local destinado a se reunirem enquanto grupo organizado para o desenvolvimento atividades que visam seu fortalecimento dentro da

comunidade. Em suma, é um local de grande importância para o grupo em questão, pois se configura como objeto de materialização da organização e do fortalecimento comunitário encabeçado pelas próprias mulheres quilombolas.

Em 2022, um Grupo de Trabalho do NUCS realizou um encontro com as mulheres a fim de conhecê-las, escutar e acolher as principais necessidades dessa população predominantemente negra, feminina e rural, e, consequentemente, foi sistematizado um diagnóstico situacional do grupo, sendo selecionadas, junto com as mulheres, as suas demandas prioritárias. Diante das experiências abordadas no encontro com as representantes do núcleo, as narrativas das mulheres denunciavam o mito da democracia racial enquanto modo de representação que oculta a realidade vivida não somente por elas, mas pela população negra brasileira, violentamente presente no contexto quilombola.

Historicamente, as comunidades quilombolas estão expostas a diversas vulnerabilidades relacionadas à carência de uma estrutura mínima necessária para a manutenção de suas vidas, como políticas e programas de saúde, educação, assistência social, segurança pública, garantia de acesso e direito sobre suas terras, entre outras. Tais vulnerabilidades estão relacionadas à desresponsabilização do Estado brasileiro com essas comunidades que minimizam ou tornam invisíveis às políticas sociais as demandas dessa população, revelando a maneira como o racismo estrutural opera e se institucionaliza.

Diante disso, é impossível separar os problemas enfrentados pelos povos quilombolas no Brasil nos dias atuais da forma como se constituiu a estrutura fundiária do país, que, desde o período colonial, concentra terras nas mãos de grandes latifundiários. Esse modelo agrário, voltado para o agronegócio e o extrativismo em larga escala, recebe apoio financeiro e institucional do Estado brasileiro e perpetua desigualdades históricas. Como consequência, as populações quilombolas e outros povos tradicionais são diretamente afetados, sofrendo invasões, desapropriações de terras e o agravamento dos conflitos socioambientais,

¹ Estudante de Graduação, CCBS/UFCG, Campina Grande, PB. Brasil.

² Estudante de Graduação, CCBS/UFCG, Campina Grande, PB. Brasil.

³ Estudante de Graduação, CCBS/UFCG, Campina Grande, PB. Brasil.

⁴ Integrante do NUCS/UFCG, Campina Grande, PB. Brasil.

⁵ Integrante do NUCS/UFCG, mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação - PPgEd/UFCG, Campina Grande, PB. Brasil.

⁶ Integrante do NUCS/UFCG, doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia - PPgPsi/UFRN, Natal, RN. Brasil.

⁷ Coordenador/a, Professora Adjunta III, CCBS/UFCG, Campina Grande, PB. Brasil.

frequentemente marcados por episódios de violência (Fernandes e Macedo, 2023) [1].

Esse cenário impõe grandes desafios à garantia dos direitos quilombolas, dificultando, desde o reconhecimento dessas comunidades, que dá início ao moroso processo de estudos técnicos de delimitação, da titulação de suas terras. Além disso, sob a ótica do capital nacional e estrangeiro, esses povos são vistos como um obstáculo ao controle das terras e das riquezas do país, o que intensifica as barreiras institucionais e políticas para a efetivação de seus direitos. Dessa forma, o quilombismo brasileiro emerge como um conjunto de lutas, revoltas e resistência cultural negra, regada por denúncias e reivindicações de paulas para a agenda política brasileira diante do holocausto vivido pela população negra no país (Nascimento, 2016) [2].

As comunidades quilombolas, em sua maioria, estão localizadas em áreas rurais e seus/suas moradores(as) mantém em seus modos de vida e organização comunitária uma íntima e complexa relação com o território, marcada por aspectos simbólicos, culturais, valores e crenças, expressos de diferentes formas a partir do contexto sócio-histórico e cultural de formação de cada comunidade. Diante disso, compreendemos o rural, como um espaço heterogêneo, singular e, portanto, os aspectos culturais das populações que vivem em tais contextos não são passíveis de uniformização, sobretudo quando tratamos de contextos rurais específicos como as comunidades quilombolas rurais (Dantas; Dimenstein; Leite; Macedo; Belarmino, 2020).

Sob essa perspectiva, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022 [3], apontam que 56% da população brasileira é constituída por pessoas pretas e pardas. Não obstante, esse dado demonstre que a população brasileira, em sua maioria é negra, essas(es) cidadãs(os) não ocupam os mesmos espaços sociais os quais a população branca, demonstrando que a desigualdade social está intrinsecamente relacionada à raça/cor. Isto é, a desigualdade social gera impactos específicos na condição social, econômica e de saúde mental da população negra e quilombola no Brasil. Assim, o impacto do racismo na saúde mental da comunidade negra coloca essa população “em condições de vulnerabilidade frente ao processo de garantia das condições de saúde e vida” (Brasil, 2016, p.8) [4], se configurando como um fator alarmante quando se trata das circunstâncias de sobrevivência dessa população.

As contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez (2020) [5]acerca da formação social do Brasil denuncia que essa trágica realidade vivida pela população negra no Brasil tem como influência ideológica o mito da democracia racial, o qual se configura como uma ideologia sustentada pela falsa ideia de que todos as(os) cidadãs(os) brasileiras(os) são iguais perante a lei e, consequentemente, todos(as) possuem as mesmas condições de vida e ascensão social, assim como sugere também uma suposta harmonia inter-racial, que acaba por mascarar as discriminações raciais existentes na sociedade brasileira. Desse modo, faz-se necessária a articulação entre os estudos sobre raça e saúde mental, de modo que se evidencie e ganhe força a compreensão de como o racismo determina as relações sociais,

desdobrando-se nos aspectos psicossociais das pessoas negras e quilombolas.

No que tange à experiência das mulheres negras quilombolas, estudos recentes têm denunciado que essa população vivencia uma diversidade de opressões referente às suas localizações diante das intersecções entre raça, classe, gênero e outras relações de poder, que funcionam de maneira articulada e afetam todos os aspectos do convívio social, pois produzem e perpetuam desigualdades sociais (Queiroz, Leite e Nascimento; 2024) [6]. Diante de tais complexidades, Collins e Bilge (2021) [7]defendem que abordar a desigualdade social a partir de lentes monofocais, considerando raça e gênero apenas como categorias isoladas, de maneira desarticulada, limita a análise da experiência de quem localiza-se nas intersecções dessas relações de poder. Desta forma, a fim de evidenciar as especificidades das experiências de mulheres negras, as autoras sugerem o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica, uma vez que esta emerge como resposta aos desafios enfrentados pelas mulheres não-brancas que, frequentemente, têm suas reivindicações invisibilizadas ou pormenorizadas pelos movimentos sociais feministas e antirracistas, que privilegiam, respectivamente, as experiências de mulheres brancas e de homens negros.

Maria Lugones (2020) [8] denominou de colonialidade de gênero os processos combinados de opressão, como o racismo, a colonização, a exploração capitalista e o heterossexismo. Identificar a colonialidade de gênero é, portanto, reconhecer que as mulheres subordinadas pelas múltiplas formas de opressão vivenciam raça e gênero, por exemplo, como categorias indissociáveis, desafiando a falsa hegemonia presente na noção de gênero, que, ao buscar uma norma universal, frequentemente se refere apenas às mulheres brancas, burguesas e heterossexuais. Tal perspectiva hegemônica oculta a desumanização inerente à colonialidade de gênero. Dessa maneira, torna-se essencial adotar uma abordagem decolonial, que permita uma análise mais ampla desses processos, evitando a exclusão de categorias fundamentais para a compreensão da realidade vivida pelas mulheres quilombolas do Grilo.

Para tanto, é possível pensar caminhos e ações emancipatórias dentro de um sistema de dominação e opressão. Para Joice Berth (2019) [9], as práticas de empoderamento incluem a coletividade, pois uma rede que tem como pretensão proporcionar oportunidade a todos(as), sem exceção, é produtora de benefícios para toda a coletividade. O empoderamento como um projeto de mudança, construído por meio de lutas coletivas, é comumente observado nas comunidades quilombolas que, em sua maioria, são marcadas pela forte presença do protagonismo feminino em prol do bem-estar de suas comunidades.

Segundo a Pereira, Allegretti e Magalhães (2022) [10], as ações de empoderamento das mulheres quilombolas englobam tanto a resistência contra a violência de gênero quanto a luta contra agressões sofridas por mulheres e homens no contexto da defesa de seus territórios, abrangendo questões como o racismo institucional, a morosidade nos processos de

regularização fundiária, a educação quilombola, a saúde e a geração de renda.

Diane do exposto, a organização de espaços coletivos entre mulheres possibilita um maior debate sobre as dificuldades e uma melhor expressão de saberes propiciados pelo diálogo em grupo, pois promove o conhecimento de aspectos que nem sempre são possíveis nos atendimentos psicológicos individuais. Dessa maneira, as práticas grupais apresentam-se como ferramentas que podem promover a integralidade a partir do fortalecimento da saúde mental das mulheres em sua íntima relação com o contexto em que vivem, por meio da ocupação desses espaços de grupos sociais que geram um sentimento de maior protagonismo e controle sobre suas narrativas.

Isto posto, buscamos trabalhar pedagogicamente com as mulheres da comunidade como um grupo, envolvidas no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e investigação, de modo a promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento.

2. Metodologia

Os princípios metodológicos que orientaram a presente proposta foram fundamentados nos pressupostos da educação popular, pautados na ação humana enquanto possibilidade de suscitar processos educativos dialógicos que favoreceram a capacidade criativa, crítica e reflexiva de todas as pessoas envolvidas no projeto (as mulheres participantes e a equipe de extensão). Partimos do pressuposto de que pensar ações socio comunitárias não pode ser entendido como ato isolado ou puramente técnico, haja vista que constitui-se num convite à ação e ao aprendizado conjunto, possibilitando maior acesso ao poder decisório, numa relação de horizontalidade que contribui para o fortalecimento das pessoas e organizações envolvidas.

Nesse sentido, a perspectiva adotada na ação extensionista foi a relação integrativa entre saber popular e científico, na qual há um enriquecimento mútuo e constante de ambos os campos de saberes, tendo a realidade concreta como mediadora. É um agir pedagógico com as pessoas, valorizando-as no seu conhecimento do cotidiano, para, em cima dos fatos concretos e simples, facilitar uma nova compreensão do saber e imprimir na relação um clima integrativo e de valorização mútua das especificidades dos saberes diversos necessários à vida social (Vasconcelos, 2007) [11]. Desse modo, objetivou-se partir das necessidades das mulheres quilombolas, como pessoas que são, ao mesmo tempo, participantes e construtoras da realidade, estimular a corresponsabilidade das mulheres quilombolas na busca de alternativas para as experiências de sofrimento psicossocial e para o empoderamento enquanto potência de agir diante da vida.

Tal concepção implicou, em termos concretos, na adoção de metodologias participativas, que pressupõem uma ação dialética-dialógica-libertadora construída de modo compartilhado entre os coletivos e que agregaram a dialogicidade às práticas sócio comunitárias. Lançar

mão de tal pressuposto, significou romper com as formas de agir em saúde centradas no saber profissional e deu lugar a propostas que partiram da valorização dos saberes e das potencialidades do grupo de mulheres.

Em termos operacionais, as ações extensionistas aconteceram a partir das seguintes etapas:

a) **Planejamento participativo:** promoção de uma roda de conversa com as mulheres onde foi apresentado e discutido o projeto de extensão, iniciamos a construção de vínculo entre todas as participantes, estudantes e colaboradoras, que nos permitiu planejar conjuntamente as ações da extensão.

b) **Oficina de formação das discentes e colaboradores(as) do projeto nas ferramentas de Práticas Integrativas e Complementares Grupais:** foi realizada uma formação para toda a equipe que compõem o NUCS, com foco nas ações de extensão, a fim de que todos(as) pudessem se apropriar dos pressupostos teórico-metodológicos e das ferramentas grupais que foram trabalhadas ao longo do projeto, tais como: tenda do conto, terapia comunitária, teatro, danças circulares, círculo de cultura, dentre outras.

c) **Implantação das atividades Grupais:** foram realizados os encontros coletivos com as mulheres, quinzenalmente, cada um com duração de aproximadamente 02 (duas) horas, nos quais foram implementadas as ferramentas participativas grupais mencionadas anteriormente. Ressalta-se que a escolha das ferramentas grupais desenvolvidas em cada encontro fora feitas em razão das demandas e necessidades apontadas pelas mulheres no processo de monitoramento e avaliação contínua.

d) **Construção de saberes científicos:** no momento, estão sendo produzidos artigos científicos e outros materiais para divulgação dos resultados do projeto, a partir dos relatos de experiências e vivências registrados nos diários de campo das práticas grupais, dos relatórios das alunas bolsistas e colaboradores(as), dentre outros escritos produzidos durante as atividades desenvolvidas.

3. Resultados e discussões

Foram realizados nove encontros com o objetivo de fortalecer o vínculo grupal, promovendo o desenvolvimento coletivo e identitário das mulheres quilombolas. Durante esses encontros, ocorreram trocas de experiências que permitiram a identificação das relações dessas mulheres com o território, bem como de outras questões relevantes ao contexto quilombola. Além disso, foram discutidas questões de gênero, com o propósito de viabilizar estratégias de autonomia e fortalecimento comunitário.

A participação ativa das mulheres foi fundamental, ampliando tanto a relevância quanto o impacto da transformação social ao longo do projeto. Por meio do diálogo e da reflexão, elas possibilitaram a construção de caminhos para resistir às dificuldades enfrentadas no dia a dia, contribuindo para o fortalecimento de espaços dedicados ao cuidado em saúde mental, como a Casa da Mulher Quilombola. Essa atuação dentro da prática extensionista favoreceu reflexões que direcionaram a práxis coletiva para a superação das relações interseccionais de poder, que geram desigualdades na

comunidade.

Nesse contexto, um dos principais efeitos das ações extensionistas no meio social e na realidade das participantes foi a formação de uma compreensão coletiva sobre a importância do fortalecimento e da auto-organização do grupo. Essa articulação permitiu que elas se percebessem como uma força política capaz de mobilizar e inspirar outras mulheres da comunidade na luta por direitos e na busca por soluções para as dificuldades vividas no território. Esse movimento foi impulsionado pelo compartilhamento de desejos, expectativas, saberes, desafios e recursos, fortalecendo a Casa da Mulher Quilombola como um espaço seguro de cuidado, resistência, saúde e autonomia feminina.

A troca de experiências individuais e coletivas sobre situações de opressão, aliada à problematização dessas vivências ao longo das atividades grupais, impulsionou o sentimento de esperança como um ato de resistência e disposição de seguir em frente, unir-se a outras mulheres e construir novas formas de ação (Freire, 1992) [12]. Esse processo fomentou práticas e redes de solidariedade como alternativas às violências impostas pelas relações interseccionais de poder, que afetam seus corpos e territórios.

Assim, segundo as próprias participantes, o trabalho colaborativo entre a equipe de extensão e a comunidade evidencia a necessidade de continuidade das ações extensionistas. Esse compromisso reforça o papel ético, estético e político da universidade pública no fortalecimento dos desejos coletivos dessas mulheres, apoiando sua organização e resistência. Dessa forma, a extensão universitária contribui para projetar suas vivências, consolidar redes comunitárias e construir alternativas para uma vida mais digna, combatendo as desigualdades estruturadas pelas dinâmicas interseccionais de poder que afetam suas realidades.

No que tange à experiência da equipe extensionista, a extensão universitária desempenha um papel primordial para a democratização do conhecimento e do fortalecimento das relações entre a universidade e a sociedade. Ao atuar como ponte entre a teoria acadêmica e a realidade social, a extensão permite que estudantes, orientadores(as), coordenadores(as) e público interajam de maneira enriquecedora, promovendo a transformação social e a promoção do debate crítico. No caso do projeto com as mulheres quilombolas da comunidade do Grilo, essa interação se constituiu mais relevante, por possibilitar uma reparação histórica: um lugar de pertencimento, não somente para as mulheres quilombolas, que cotidianamente constroem conhecimento, saberes e práticas em seus territórios, mas das extensionistas negras, que ocupam hoje o espaço - ainda elitizado - da academia.

As ações universitárias, ao sair de seus muros e dialogar com diferentes contextos sociais, cumpre sua função social de promoção da garantia e acessos a direitos sociais e, no caso deste projeto em específico, o fortalecimento da identidade quilombola. Reconhecemos que as ações extensionistas foram uma oportunidade valiosa de fazer parte desse processo de resgate, valorização e promoção da diversidade étnico-racial e na redução de complexas desigualdades interseccionais. Outrossim, a experiência aqui relatada proporcionou

uma troca enriquecedora, na qual a escuta e o aprendizado mútuo fortaleceram tanto a comunidade atendida, quanto o crescimento pessoal e profissional de toda a equipe de extensão.

O presente projeto de extensão também mostrou-se potente no estímulo e exercício do respeito aos valores, modos de vida, saberes e práticas que são construídos no chão da comunidade, por suas moradores, no e a partir do próprio território, uma vez que sem a confluência com tais saberes, não poderíamos jamais afirmar que nos pautamos, enquanto profissionais da Psicologia Comunitária, em uma práxis libertadora, construída coletivamente, de maneira horizontal e, portanto, COM a comunidade.

Consideramos que o objetivo basilar deste projeto foi promover práticas libertadoras, apostando na autonomia das sujeitas e seus coletivos. Enquanto equipe, o presente projeto nos deu ainda mais base para continuar defendendo e acreditando em uma Psicologia sensivelmente atenta aos modos de vida específicos de comunidades rurais quilombolas, nos distanciando de uma prática psicológica genérica, acrítica, majoritariamente urbana, branca e, portanto, colonial. Nesse sentido, consideramos que o trabalho de orientação em íntimo diálogo com as ações extensionistas potencializaram essa dimensão da práxis psicológica para as extensionistas, contribuindo para uma formação crítica e reflexiva.

4. Conclusão

O presente projeto de extensão demonstrou que seus resultados e impactos sociais encontram-se intimamente alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda para 2030, com ênfase nos ODS 5 (igualdade de gênero), 10 (redução das desigualdades) e, ainda, com a recente proposta de inclusão do ODS 18 de promoção da igualdade étnico-racial, que encontra-se em fase de discussão pela Câmara Temática instituída em 2023 por meio da Resolução nº 2/2023.

Nessa perspectiva, ao promover a saúde mental e o fortalecimento dos vínculos e redes de apoio comunitários, as ações contribuíram para o desenvolvimento da autonomia e organização sociopolítica das mulheres, além de fomentar a reflexão crítica referente às opressões interseccionais de gênero, raça, classe e território tão presentes em seu cotidiano. A parceria estabelecida entre a UFCG, a UFRN e a Comunidade Quilombola do Grilo, por meio do projeto de extensão coordenado pelo NUCS, reforçou a importância da extensão universitária como ferramenta de transformação social, promovendo a democratização do conhecimento e a valorização dos saberes locais. Essa colaboração abre caminhos e fortalece uma relação horizontal, democrática e colaborativa entre a universidade e sociedade.

5. Referências

- [1] FERNANDES, Saulo; MACEDO, João. MOVIMENTO QUILOMBOLA NO BRASIL: avanços e lutas diante dos retrocessos vividos no cenário de recrudescimento neoliberal. in: LEITE, Jader et al.

- (org.). **Psicologia e Contextos Rurais**. Curitiba: Editora CRV, 2018. cap. 10, p.199-224.
- [2] NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- [3] **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Cor ou raça. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 17 fev. 2025.
- [4] BRASIL. Ministério da Saúde. **Temático Saúde da População Negra**. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. Vol. VII. Brasília, 2016.
- [5] GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- [6] QUEIROZ, Giovanni Sampaio; LEITE, Jáder Ferreira; NASCIMENTO, Maria Valquíria Nogueira. Círculo de Cultura como ferramenta de pesquisa e cuidado em saúde mental de mulheres quilombolas. In: TORRES, Iraildes Caldas; FERREIRA, Maria Mary (org.). **Anais do 22º Congresso Nacional da REDOR: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero**. Manaus/AM: EDUA; Embu das Artes/SP: Alexa Cultural, 2024. Disponível em: <https://redor.gepos.com.br/images/document/12225797/anais.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.
- [7] COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- [8] LUGONES, María; Colonialidade de Gênero. in: HOLLANDA Heloisa (org.). **Pensamento feminista hoje perspectivas decoloniais**. Bazar do Tempo, 2020.
- [9] BERTH, Joice. Empoderamento. São Paulo: Sueli Carneiro; Pôlen, 2019.
- [10] PEREIRA, A. S.; ALLEGRETTI, M.; MAGALHÃES, L. "Nós, mulheres quilombolas,

sabemos a dor uma da outra": uma investigação sobre sororidade e ocupação. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, p. e3318, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO254033181>. Acesso em: 18 fev. 2025.

[11] VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação Popular: Instrumento de Gestão Participativa dos Serviços de Saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de Educação Popular e Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p.

[12] FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Agradecimentos

Agradecemos às mulheres da Comunidade Quilombola do Grilo pela participação ativa, pela colaboração e engajamento no desenvolvimento deste projeto, disponibilizando, em muitos momentos as suas casas para a realização dos encontros. À Casa da Mulher Quilombola, pelo espaço seguro de sua estrutura para a execução deste projeto. À Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pelo apoio institucional e pela concessão das bolsas, por meio da Chamada PROPEX 002/2024 PROBEX/UFCG, que viabilizaram a execução das atividades extensionistas. Por fim, à equipe do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicologia Comunitária e da Saúde (NUCS) pela coordenação e suporte técnico ao longo de todo o projeto.